

III ENCONTRO DA ANPPAS  
23 A 26 DE MAIO DE 2006  
BRASILIA – DF

## **O TERRITÓRIO COMO UM DOS CONCEITOS- CHAVE PARA O ENTENDIMENTO DA RELAÇÃO SOCIEDADE/NATUREZA**

Luís Gustavo de Lima Sales (UEPB/UFRN)

Ricélia Maria Marinho da Silva (UEPB/UFRN)

Zoraide de Souza Pessoa (UERN/UFRN)

Este *paper* faz parte do início de um projeto maior intitulado “A construção da territorialidade socioambiental da RMNATAL: desigualdades, conflitos e riscos”, desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa “Observatório das Metrôpoles – Equipe RMNatal” coordenado pela professora Maria do Livramento Miranda Clementino. O trabalho parte da constatação de que o processo de urbanização levado a efeito no Brasil a partir da década de 1970 trouxe como consequência o surgimento das metrôpoles nacionais, bem como o fenômeno da metropolização de importantes centros urbanos, como é o caso da RMNatal. Acredita-se que a dinâmica dessa Região Metropolitana vem interferindo na constituição de novas territorialidades marcadas principalmente pela segmentação, segregação e diferenciação social, revelando-nos uma constituição entre essas novas territorialidades e os impactos dessas sobre o meio ambiente. O desafio é a construção de conceitos e categorias analíticas que dêem suporte na análise dos problemas socioambientais encontrados na RMNatal, assim inicia-se esta investigação pautado na discussão do conceito de Território, como um dos conceitos-chave, e que, por hora é um ponto de partida para o entendimento da relação sociedade/natureza.

## **Introdução:**

Ao longo do século XX, as interações entre o vertiginoso progresso técnico-científico e o explosivo crescimento demográfico das cidades fizeram com que a relação entre o homem e a natureza chamasse, de forma decisiva, a atenção para o uso sustentável dos recursos naturais e para o estabelecimento de formas não destrutivas ao meio ambiente.

Coloca-se na ordem do dia o problema da sustentabilidade do desenvolvimento que deve, ao mesmo tempo propiciar melhores condições de vida à população presente, sem esquecer as gerações futuras.

Atualmente, as pesquisas sobre a questão socioambiental encontram-se em franca evolução. Nas últimas décadas, a discussão sobre sociedade e meio ambiente tem se tornada parte constitutiva da agenda política mundial, pela importância vital que os ecossistemas desempenham na esfera da produção e reprodução do modelo de desenvolvimento dominante. Contudo, apesar da questão socioambiental encontrar-se neste patamar, o tratamento a ela dado resente-se de uma melhor fundamentação conceitual e de bases filosóficas mais sólidas. Isto requer uma ampliação das pesquisas nesta área, de forma a possibilitar não só a superação de um patamar meramente técnico de intervenção sobre a questão, como uma avaliação mais rica e mais crítica das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sócio-econômico e ambiental.

Para tanto, acredita-se que um dos conceitos-chave para fundamentar a pesquisa seria o de **Território** e, segundo esta temática, o de **territorialidade**, pois, quando se territorializa algo, há a o surgimento de elementos de ordem social, econômica e ambiental, que nos ajudam a visualizar as especificidades locais e, através destes subsídios, pode-se extrair explicitações que permitem abordar os limiares da relação sociedade/natureza, estabelecendo assim elos causais. Além disso, é possível identificar os elos mais frágeis, que são justamente aqueles que são mais atingidos diante das conseqüências dos problemas originados a partir dessa relação.

Portanto, o que se espera deste paper será apenas um ponto de partida para a construção de conceitos e categorias analíticas que dêem suporte na análise dos problemas socioambientais encontrados nas regiões metropolitanas brasileiras, bem como, as possíveis discussões que esta temática possa suscitar no III Encontro da ANPPAS.

## O objeto de estudo

A Região Metropolitana de Natal é muito recente; com pouco mais de 1 milhão de habitantes e 2,5 mil Km<sup>2</sup>, foi criada formalmente em 1997. È formada por 8 municípios: Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Extremoz, Ceará Mirim, Nísia Floresta e São José do Mipibu. . Sua densidade demográfica é 344 habitantes por KM<sup>2</sup>. O pólo, município de Natal, cresceu a uma taxa de 1,81 % a.a no período 1991/2000 enquanto que o município de Parnamirim que tem alto nível integração com Natal cresceu em 7,9% a.a no mesmo período, seguido de São Gonçalo do Amarante com taxa de 4,86%. Entre os demais municípios, somente Extremoz e Nísia Floresta apresentam taxas superiores a 3%.

Em Natal, 100% urbana desde 1980, a concentração populacional cresceu de 24,28 hab/ha em 1980 para 35,26 hab/ha em 1991. Em 1991, a capital apresentava uma densidade demográfica de 3.572hab/km<sup>2</sup> e, em 2000, 4.192,6km<sup>2</sup>. Depois de Natal a maior densidade é a de Parnamirim, atualmente terceiro município em população no Rio Grande do Norte (984,9hab/km<sup>2</sup>) e o que tem menor densidade na RMN é Nísia Floresta (60,7hab/km<sup>2</sup>).

Percebe-se pelos dados acima que dois processos, e que não são excludentes, estão em debate neste trabalho. O primeiro seria a constatação de que as regiões metropolitanas e os aglomerados urbanos metropolitanos e não metropolitanos estão se multiplicando a partir da década de 70 do século XX no Brasil (IPEA,IBGE, UNICAMP, 2001), como é o caso da RMNatal. O segundo processo é a concentração dos problemas socioambientais nessas áreas, cujo fator guarda fortes relações com a produção desses espaços urbanos que interfere diretamente na constituição de novas territorialidades marcadas principalmente pela segmentação, segregação e diferenciação social.

Segundo Grostein (p. 13, ANO),

Esses complexos metropolitanos compreendem municípios com funções complementares, gestão independente e capacidade financeira desigual. Estas características dificultam o atendimento das demandas sociais e de infra estrutura urbana que, na maioria dos casos, surgem da relação funcional entre municípios e dependem de soluções que extrapolam seus limites político-administrativo.

Desta forma, as regiões metropolitanas dependem de políticas integradas e de ações articuladas, que seriam próprias de uma gestão compartilhada, porém, pela ausência histórica desses procedimentos ocorreu o agravamento dos problemas socioambientais, ampliando ainda mais a segmentação, segregação e diferenciação social do território metropolitano.Por isso que, trabalhar com o conceito de território é valido, pois esse torna-se num dos conceitos-

chave para a articulação dos municípios que compõem uma dada região metropolitana ou aglomerado urbano.

### **A discussão em torno do Território:**

O conceito de território tem sido utilizado tanto pelas ciências naturais como pelas ciências sociais. Nas ciências naturais, o seu conceito foi formulado pela primeira vez, ainda no século XVII, a partir de estudos da Botânica e da Zoologia. O território tinha como significado uma área de dominação de um determinado grupo de espécie animal ou vegetal. Já nas ciências sociais, a primeira preocupação com o território de forma sistematizada partiu do geógrafo Friedrich Ratzel, no século XIX. Ratzel comparou o Estado a um organismo vivo que nasce, cresce e tende a declinar. Esta visão colocou no centro de suas análises a necessidade do domínio territorial por parte do Estado. “*O território era, então, um dos elementos principais na formação do Estado de modo que, na concepção de Ratzel, o Estado não existiria sem o território*”.(Gomes, 1984, p. 20). Além disso, o território significava não só as condições de trabalho, mas a própria condição de existência de uma sociedade, definindo-se pela propriedade, isto é, uma área dominada por alguém ou pelo Estado. (Ibid., p. 20).

Uma definição consensual, à primeira vista, parece tarefa quase impossível, dada à heterogeneidade de concepções. Podemos perceber diversos conceitos para a sua utilização: território político, território simbólico, território psicológico, dentre outros. Porém, muitos sequer explicitam qual a noção de território estão trabalhando, cabendo a nós leitores, deduzi-lo.

Na atualidade, diante das constantes mudanças políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais que vêm ocorrendo mundialmente, as questões inerentes ao território emergem com bastante vigor, convocando esforços de diversos estudiosos das mais variadas áreas para uma melhor apreensão das mesmas. Desta forma, a noção de território hoje ultrapassa os limites do campo da Geografia, sendo concebida e utilizada pela Sociologia, pela Ciência Política, Ciência Econômica, Antropologia e, de forma menos intensa, pela Psicologia. Além dessas diferentes noções do território denotar não somente sua complexidade, mas também sua riqueza para o campo das relações sociais que se estabelecem em um dado local, essa enorme amplitude do conceito também nos chama a atenção para um problema que, nós da ciência, deveríamos tentar resolver, a precariedade do diálogo interdisciplinar.

Segundo Costa (2004), cada área do conhecimento tem um enfoque de território centrada em uma determinada perspectiva.

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (inclusive a dimensão da interação sociedade/natureza) (...); a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mais também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo; e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-a até a escala do indivíduo. (Costa, 2004, p.37 – Grifo nosso).

Ainda Costa, propõe que o diálogo interdisciplinar entre as áreas do conhecimento já citadas seja levado adiante e, para isso acontecer, inicia o diálogo tentando sintetizar as várias noções de território agrupando-as em quatro vertentes básicas, são elas: a) política ou jurídica-política, na qual comenta que é a mais defendida, onde o território é visto como “*um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder na maioria das vezes (...) relacionado ao poder político de Estado*” (Costa, 2004, p.40); b) cultural ou simbólico-cultural, na qual prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva e o território é visto como o “*produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação a seu espaço vivido*”. (Ibid., p. 40); c) econômica, que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, onde o território é visto apenas como fonte de recursos e/ou incorporado no “*embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho*” (Ibid., p. 40); d) por fim, a última vertente seria a natural, na qual a noção de território teria como base a relação sociedade-natureza.

Embora o autor reconheça a importância de diferenciar as dimensões com que usualmente o território é focalizado, admite que seria importante inseri-las num conjunto de perspectivas teóricas, na qual denominou de binômio materialismo-idealismo e binômio espaço-tempo.

O primeiro binômio, o materialismo-idealismo, possui duas perspectivas, uma denominada “visão parcial do território”, que explora apenas uma das dimensões vistas (político, cultural, econômico ou natural); e a outra perspectiva seria a “visão integradora do território”, que aborda as problemáticas em mais de uma ou em todas as dimensões citadas

acima.

Quanto ao segundo binômio, o espaço-tempo também teria duas perspectivas. A primeira seria o seu caráter mais absoluto ou relacional, no sentido de “*incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidades físico-material (como “coisa” ou objeto) e social-histórico (como relação)*” (Costa, 2004, p.41). Quanto à segunda perspectiva, corresponde a sua historicidade e geograficidade, ou seja, corresponde a um “*componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s)*”. (Costa, 2004, p.41).

Seguindo por estas divisões sugeridas por Costa, no nosso caso, ficaria evidente que defenderíamos uma noção de território que estivesse ligada à quarta vertente, o natural, o da relação sociedade-natureza, que aparecesse contextualizada historicamente. Porém, concordamos com o autor quando ele menciona que:

No entanto, devemos reconhecer que vivenciamos hoje um entrecruzamento de proposições teóricas, e são muitos, por exemplo, os que contestam a leitura materialista como aquela que responde pelos fundamentos primeiros da organização social. Somos levados, mais uma vez, a buscar superar a dicotomia material/ideal, o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o “imaginário geográfico” que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações. (Costa, 2004, p. 42).

Fica evidente, neste ponto da discussão, a necessidade de uma visão de território como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, híbrido entre política, economia e cultura, híbrido entre o binômio materialista-idealista e espaço-tempo, já que acreditamos que todas essas abordagens encontram-se combinadas dentro de um determinado território. O que apenas vai diferenciar é a escala. Para uns, o território é construído muito mais no sentido de uma área-abrigo e fonte de recursos, a nível predominantemente local. Para outros, interessa enquanto articulador de conexões ou redes de caráter global.

Portanto, trabalharemos com esse território híbrido, construído a partir das relações entre a sociedade e natureza e entre o território e as pessoas que dele se utilizam. Como podemos ver, essa relação entre território-natureza-sociedade é inseparável e nos permite uma visão da própria dinâmica do cotidiano vivido pelas pessoas, pelos moradores de uma determinada localidade. Dinâmica essa representada pela intervenção realizada pelos homens no território, criando e recriando significados em torno dessa apropriação que se passa no dia

a dia.

Neste sentido, utiliza-se também o termo *territorialidade*, como uma maneira ímpar de se apropriar, fazer usos da terra, do território, que se faz pelos significados e ressignificações que os sujeitos vão construindo em torno de suas experiências de vida em cada localidade. (Koga, 2003, p.38).

Sendo assim, a compreensão dos caminhos que se constroem em determinados locais pode nos revelar um mundo desconhecido pelos diagnósticos normais de apreensão da realidade. São sutilezas, nuances que os dados não costumam revelar. A trama da relação sociedade/natureza também passa por este caminho, onde a organização interna de dado território tem seu significado para as populações que ali residem e relacionam-se.

Porém, este mesmo território, que nos revela dinâmicas próprias da relação sociedade/natureza em cada localidade, também se expande para além dos limites geográficos, segundo Koga (2003, p. 55),

A dimensão territorial ganha concretude justamente pelo seu aspecto intrinsecamente relacional, em decorrência não somente das relações sociais estabelecidas no lugar cotidiano, como também pela possibilidade de seu alcance com outras dimensões (...). Pois a partir do território vai-se além da visão micro ou do localismo reducionista, tendo em vista que as próprias condições de vida do lugar remetem diretamente a relação entre populações e lugares, entre pedaço e outro da cidade, entre o lugar e a totalidade da cidade, entre a situação do lugar e as políticas que se direcionam à manutenção ou à transformação das condições de vida.

É a partir das próprias condições de vida de um lugar que este estudo se desenvolve, ou seja, a partir do pressuposto de que o território é o local concreto da realidade da vida coletiva e é nesse território que as relações entre uma dada sociedade e a natureza se expressam e as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos.

É neste momento da configuração de um território que as condições e a qualidade de vida dos moradores de uma cidade desvendam-se através de formas e práticas diferenciadas, nas quais os fatores contribuintes, tais como, a presença ou ausência dos serviços públicos, funcionam como parâmetros reveladores das desigualdades sócio-espaciais.

Além de abordar o conceito de território e de territorialidade, acredita-se que o esforço teórico também deve perpassar pela discussão sobre sustentabilidade, tentando trazê-la para o campo das relações sociais.

Segundo Acselrad (2000, p. 97),

Evidentemente, não tem sentido falar de natureza sem sociedade. A sociedade só existe em relação com a natureza, nas diferentes acepções que a esta possam ser

atribuídas. A sustentabilidade remete a relações entre sociedade e a base material de sua reprodução. Portanto, não trata-se de uma sustentabilidade dos recursos e do meio ambiente, mas sim das formas sociais de apropriação e uso desses recursos e desse ambiente.

Também é justificável trazer esta discussão para o campo social, pois, os problemas ambientais são, antes de tudo, fruto das relações e ou contradições da sociedade.

Os problemas ambientais da sociedade humana surgem como resultado da sua organização econômica e social e que qualquer problema aparentemente externo se apresenta, primeiro, como um conflito no interior da sociedade humana (Foladori, 2001, p. 102).

Porém, estas discussões serão para o futuro. O importante foi iniciar a discussão em torno de um conceito, o de território, no qual acreditamos que seja fundamental para a pesquisa sobre a construção da territorialidade socioambiental da RMNATAL: desigualdades, conflitos e riscos.

#### Notas

1. Representou papel fundamental no processo de sistematização da Geografia Moderna, onde constituiu uma ciência denominada de antropogeografia, voltada para os estudos da articulação entre as condições naturais e a história dos povos.



## Referência Bibliográfica

ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade, espaço e tempo. In: HERCULANO, Selene C. **Meio ambiente: questões conceituais**. Niterói – RJ: Pós-Graduação em Ciências Ambientais da UFF: Ricor, 2000;

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004;

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2001;

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. **O conceito de território na trajetória do pensamento geográfico**. Revista Sociedade e Território – vol. 1, nº 1 (Jan/Jun. 1984). Natal: UFRN/CCHLA/DGE, 1984;

GROSTEIN, Marta Dora. MetrÓpole e Expansão Urbana: a persistência de processos “insustentáveis”. *São Paulo Perspec.* [online]. Jan./Mar. 2001, vol.15, no.1 [cited 05 March 2006], p.13-19;

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA et al. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil. Capinas: UNICAMP-IE, v. 1, 1999;

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.